

DEPARTAMENTO DE CADASTROS - DECAD
EDITAL 08/16D - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
 O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CADASTROS, DA SUB-SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART.9º DO DECRETO 56.764, DE 11/01/16, TORNA PUBLICO O PRESENTE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, NOS TERMOS DA LEI 6.989, DE 29/12/66 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, CONFORME A RELAÇÃO ABAIXO, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL E DO SUJEITO PASSIVO, O EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O LANÇAMENTO, O NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO, O VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A DATA DE VENCIMENTO DA PRIMEIRA PRESTAÇÃO.

CADASTRO DO IMÓVEL	EX	NL	SUJEITO PASSIVO	VENCTO.1A.
LOCAL DO IMÓVEL	NUMERO	COMPLEMENTO	VALOR LANÇADO	
123.150.0019-9	10	03	SOC BENEF ISRAELITABRAS HOSP ALBERT EINSTEIN	****
R RUGGERO FASANO	SN			0,00
123.246.0005-5	05	02	SOC BENEF ISR BRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN	****
AV ALBERT EINSTEIN	00627			0,00

1- FICAM OS SUJEITOS PASSIVOS DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO MUNICIPIO DE SAO PAULO NOTIFICADOS DOS LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES ACIMA DISCRIMINADOS.

2- O LANÇAMENTO DO IPTU E EFETUADO COM BASE NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICIPIO, EM ESPECIAL NAS LEIS 6.989/66, 10.235/86, 14.107/05, 15.889/13, 16.098/14 E 16.272/15.

3- SEM PREJUÍZO DA NOTIFICAÇÃO ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL, A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO ENVIARÁ PELO CORREIO PARA O ENDEREÇO DO IMÓVEL OU OUTRO ESCOLHIDO PELO SUJEITO PASSIVO, NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO IMPRESSA ACOMPANHADA DE DOCUMENTO DE ARRECADACAO.

4- A FALTA DE RECEBIMENTO DO DOCUMENTO DE ARRECADACAO ENVIADO PELO CORREIO NAO DESOBRIGA O CONTRIBUINTE DO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO DEVIDO, UMA VEZ QUE O DOCUMENTO DE ARRECADACAO TAMBEM PODERA SER OBTIDO DIRETAMENTE NO SITE WWW.PREFEITURA.SP.GOV.BR/IPTU OU EM QUALQUER SUBPREFEITURA.

5- O CONTRIBUINTE PODERA IMPUGNAR A EXIGENCIA FISCAL NO PRAZO DE 90 DIAS CONTADOS DA DATA DE VENCIMENTO DA PRIMEIRA PRESTAÇÃO OU DA PARCELA UNICA.

6- O PAGAMENTO DO IMPOSTO PODERA SER EFETUADO A VISTA, COM DESCONTO, OU EM ATÉ 10 PRESTACOES, IGUAIS, MENSAIS E SUCESSIVAS, RESPEITADO O LIMITE MINIMO DE R\$ 20,00 POR PRESTAÇÃO.

7- SOBRE OS DEBITOS NAO PAGOS NOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS INCIDIRAO MULTA DE 0,33% AO DIA, ATÉ O LIMITE DE 20%, JUROS MORATORIOS DE 1% AO MES, A PARTIR DO MES SEGUINTE AO DO VENCIMENTO, E ATUALIZACAO MONETARIA.

8- O NAO PAGAMENTO DE QUALQUER PARCELA ACARRETTARA A INCLUSAO DO CONTRIBUINTE NO CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.094, DE 06/12/05.

9- DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO DA ULTIMA PRESTAÇÃO, O DEBITO TOTAL (DESCONSIDERANDO EVENTUAIS CREDITOS DA NFS-E/NOTA FISCAL PAULISTANA) SERA CONSIDERADO INTEGRALMENTE VENCIDO NA DATA DA PRIMEIRA PRESTAÇÃO NAO PAGA E ENCAMINHADO PARA INSCRICAO NA DIVIDA ATIVA, PASSANDO A RECEBER A INCIDENCIA DE CUSTAS, HONORARIOS E DEMAIS DESPESAS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO.

10- ENQUANTO NAO EXTINTO O DIREITO DA FAZENDA PUBLICA, PODERAO SER EFETUADOS OS LANÇAMENTOS QUE, POR QUALQUER CIRCUNSTANCIA, NAO TENHAM SIDO REALIZADOS NA EPOCA PROPRIA, BEM COMO SER EFETUADA A REVISAO OU COMPLEMENTACAO DE OUTROS VIACIADOS POR IRREGULARIDADE OU ERRO DE FATO.

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

SF-DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO – DISNA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO

A Diretoria da Divisão de Simples Nacional - DISNA, do Departamento de Fiscalização, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber às pessoas adiante relacionadas por este Edital, expedido em conformidade com o inciso IV da Lei Nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, e artigos 74, inciso III, e 75 do Decreto 44.540, de 29 de março de 2004, que ficam notificadas da Lavratura dos Autos e Intimação. O “Relatório Circunstanciado” previsto pelo inciso II artigo 11 da Lei nº 14.107/05 encontra-se incorporado aos respectivos Autos de Infração e Intimação, cuja via do contribuinte acha-se à disposição na unidade emiteinte.

Pelo presente edital, ficam as mesmas pessoas intimadas a recolher as importâncias respectivas ou a protocolar defesa escrita ou requerer parcelamento, no Vale do Anhangabau, 206 – Praça de Atendimento, no prazo de 30 dias a contar da presente publicação sob pena de inscrição em dívida ativa sujeita à cobrança executiva.

- AUTO
- CCM
- NOME
- ENDEREÇO
- ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO
- DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO
- CAPITULAÇÃO LEGAL DA INFRAÇÃO
- CAPITULAÇÃO LEGAL DA PENALIDADE
- VALOR DO AUTO
- 67.186.572
- 3.395.056-3
- MKSE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
- RUA RIBEIRO DE LIMA, 362 CONJ 9º BOM RETIRO – CEP 01122-000
- TAXA CALCULADA DE ACORDO COM A TABELA ANEXA A LEI N.13477/02, OBSERVADAS AS LEIS N.11960/95 E 131105/00
- DEIXOU DE RECOLHER A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS – TFE NO PRAZO REGULAMENTAR, REFERENTE A(S) INCIDENCIA(S) DESCRITA(S) ABAIXO
- ART. 22 DA LEI 13477/02, OBSERVADOS OS ART.24 E 25 DO DECRETO 42899/03.
- ART. 23, INCISO II, DA LEI 13477/02. 50/100 DO VALOR DA TAXA.
- O CONTRIBUINTE DEVE A MULTA DE R\$ 153,03.
- 67.186.580
- 3.395.056-3
- MKSE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
- RUA RIBEIRO DE LIMA, 362 CONJ 9º BOM RETIRO – CEP 01122-000
- TAXA CALCULADA DE ACORDO COM A TABELA ANEXA A LEI N.13477/02, OBSERVADAS AS LEIS N.11960/95 E 131105/00
- DEIXOU DE RECOLHER A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS – TFE NO PRAZO REGULAMENTAR, REFERENTE A(S) INCIDENCIA(S) DESCRITA(S) ABAIXO
- ART. 22 DA LEI 13477/02, OBSERVADOS OS ART.24 E 25 DO DECRETO 42899/03.
- ART. 23, INCISO II, DA LEI 13477/02. 50/100 DO VALOR DA TAXA.
- O CONTRIBUINTE DEVE A MULTA DE R\$ 162,99.

- 67.186.599
- 3.395.056-3
- MKSE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
- RUA RIBEIRO DE LIMA, 362 CONJ 9º BOM RETIRO – CEP 01122-000
- TAXA CALCULADA DE ACORDO COM A TABELA ANEXA A LEI N.13477/02, OBSERVADAS AS LEIS N.11960/95 E 131105/00
- DEIXOU DE RECOLHER A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS – TFE NO PRAZO REGULAMENTAR, REFERENTE A(S) INCIDENCIA(S) DESCRITA(S) ABAIXO
- ART. 22 DA LEI 13477/02, OBSERVADOS OS ART.24 E 25 DO DECRETO 42899/03.
- ART. 23, INCISO II, DA LEI 13477/02. 50/100 DO VALOR DA TAXA.
- O CONTRIBUINTE DEVE A MULTA DE R\$ 172,50.
- 67.186.602
- 3.395.056-3
- MKSE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
- RUA RIBEIRO DE LIMA, 362 CONJ 9º BOM RETIRO – CEP 01122-000
- TAXA CALCULADA DE ACORDO COM A TABELA ANEXA A LEI N.13477/02, OBSERVADAS AS LEIS N.11960/95 E 131105/00
- DEIXOU DE RECOLHER A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS – TFE NO PRAZO REGULAMENTAR, REFERENTE A(S) INCIDENCIA(S) DESCRITA(S) ABAIXO
- ART. 22 DA LEI 13477/02, OBSERVADOS OS ART.24 E 25 DO DECRETO 42899/03.
- ART. 23, INCISO II, DA LEI 13477/02. 50/100 DO VALOR DA TAXA.
- O CONTRIBUINTE DEVE A MULTA DE R\$ 182,70.
- 67.194.311
- 3.372.569-1
- LANDY PARKING ADMINISTRAÇÃO E EVENTOS LTDA-ME
- RUA EDUARDO ESPINOLA FILHO, 64, VILA GUILHERME – CEP 02046-040
- DEIXOU DE APRESENTAR EM 15/12/15 OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA CARTA DE INTIMAÇÃO N. 112-1/2015.
- ART. 70 DA LEI 6989/66 E ART. 9 DA LEI 13476/02, OBSERVADOS O ART. 132 DO DECRETO 50896/09 E ART. 125 DO DECRETO 53151/12.
- ART. 14, INCISO VI DA LEI 13476/02.
- O CONTRIBUINTE DEVE A MULTA DE R\$ 2.015,33
- 67.194.320
- 3.711.553-7
- LANDY PARKING ADMINISTRAÇÃO E EVENTOS LTDA-ME
- RUA CORONEL LUIS AMERICANO, 109, VILA AZEVEDO – CEP 03308-020
- DEIXOU DE APRESENTAR EM 15/12/15 OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA CARTA DE INTIMAÇÃO N. 113-1/2015.
- ART. 70 DA LEI 6989/66 E ART. 9 DA LEI 13476/02, OBSERVADOS O ART. 132 DO DECRETO 50896/09 E ART. 125 DO DECRETO 53151/12.
- ART. 14, INCISO VI DA LEI 13476/02.
- O CONTRIBUINTE DEVE A MULTA DE R\$ 2.015,33

LICENCIAMENTO

GABINETE DA SECRETÁRIA

EDITAL DE COMUNIQUE-SE (SISACOE)
 OS ABAIXO RELACIONADOS DEVERAO COMPARECER EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS OU; 60 (SESENTA) DIAS CORRIDOS PARA O AUTO DE REGULARIZACAO (ANIS-TIA) - LEIS 11.522/94 OU 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13876/04, A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICACAO.

PROCESSO	SQ/INCR	NOME
2003-1029278-2	0007214200449-1	002 ROGÉRIO GREGHI GAVASSO/CLAUDIO DA SILVA
2004-1007431-0	0008829802484-1	003 SAO PAULO GOLF CLUB
COORDENADORIA EDIFIC. USO RESIDENCIAL - SEL/ RESID		
PROCESSO	SQ/INCR	NOME
2004-0289473-8	0006602300271-1	001 RAFAEL MENNELLA
2013-0097612-4	0006503090082-1	001 LUCIVALDO NOLETO DE SOUSA
2013-0283343-6	000685600189-1	004 ME CONTROLADORA LTDA
2013-0336557-6	0012039800890-1	006 C T P CONSTRUTORA LTDA
2013-0352650-2	0008731401589-1	005 CYRELA FRAGATA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2013-0375310-0	0002390400068-1	001 CARLOS HUBERT JUNIOR
2013-0377325-9	0010138500125-1	002 GUEDALIA PREMIUM EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA.
2014-0171188-6	0003705200747-1	006 CAUCASO CONSTRUTORA LTDA
2014-0193352-8	0006835200863-1	001 VIRGILIO FERNANDO CANCELA
2014-0209374-4	0008011001159-1	001 ANTONIO TELMO BARROS DE VASCONCELOS
2015-0230053-9	0011037200194-1	001 LAURICIO BORGES FILHO
2015-0295613-2	0011104700049-1	001 CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARDIM LTDA
2015-0338507-4	0022910900241-1	005 VITACON 45 DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA
COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SEL/ SERVIN		
PROCESSO	SQ/INCR	NOME
2008-0233948-0	0008626000146-1	004 RENATA TEIXEIRA AFFONSO
2011-0234363-0	0012408800476-1	002 MITRA ARQUITOCCESANA DE SAO PAULO
2014-0037346-4	0008550400017-1	001 MARIANA LUIZ KAMILLOS
COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL - SEL/ COMIN		
PROCESSO	SQ/INCR	NOME
2014-0285101-0	0005215800502-1	005 HOZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
2015-0005114-0	0010146700062-1	002 DENISE COSTA DELLA NINA PISTONE
2015-0169259-0	0002119401850-1	001 MILTON ARJONA
2015-0207727-9	00021402700332-1	002 VALBRAC COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS LTDA
COORD.PARC.SOLO E HAB.INTERESSE SOCIAL - SEL/ PARHIS		
PROCESSO	SQ/INCR	NOME
2013-0290029-0	0016538400549-1	008 SEBASTIAO GOMES DA SILVA
2014-0304732-0	0013056200035-1	032 CIA DESENV HABITAC E URBANO DO EST SAO PAULO CDHU
2015-0121398-5	0012410000141-1	001 LELE E NANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2015-0121461-2	0018702900970-1	006 LELE E NANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO - SEL/ SEGUR		
PROCESSO	SQ/INCR	NOME
2010-0181793-8	0008742800374-1	014 PORTAL SANTO ANTONIO AUTO POSTO LTDA
2010-0187398-6	00101812600312-1	003 PAROQUIA SANTO ANTONIO DO CAXINGUI
2012-0218397-9	0001006110443-1	004 NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA
2013-0309931-0	0030009400572-1	003 SHU CHANG YOR
2013-0331375-4	0005022001417-1	013 AUTO SERVICOS JOIA DO HELIOPOLIS LTDA
2014-0011567-8	0012310100421-1	007 MITRA DIocesANA DE SAO PAULO
2014-0174629-9	0007325700016-1	007 NORTE BOLIChE LTDA
2015-0006944-9	0004320300416-1	009 C & C CASA E CONSTRUCAO LTDA.
2015-0109487-0	000860703259-1	003 LEONA PIZZA COCINA LT ME
2015-0151325-3	002290701011-1	010 AUTO POSTO RENOVU LTDA
2015-0162565-5	0011654100756-1	009 NAURIA GUSSONI DE OLIVEIRA
2015-0163982-6	0030310500963-1	011 AUTO POSTO ALGAS LTDA
2015-0204731-0	001126200629-1	009 AUTO POSTO DESPORTIVO LTDA
2015-0330597-6	000113104422-1	007 CONSELHO REGIONAL DE ENG. E AGR.DOS EST. DE SP
2015-0331341-3	0009102201267-1	009 CONGRREGACAO CRISTA NO BRASIL
2015-0335434-9	0012312800111-1	148 CINELLI SERV DE BUFFET LTDA ME
2015-0335581-7	0004525000451-1	017 CLUB 28 AMERICAN BAR LTDA. EPP
2015-0335584-1	0001004300530-1	011 CLUB FREI CANECA DE ENTRETENIMENTOS LTD
2015-0336344-5	001903500157-1	025 AUTO POSTO TERCEIRO MILENIUM LTDA
2015-0336495-6	0006724800536-1	009 TUPAN AUTO POSTO LTDA.
2016-0051033-3	6666666666666-2	031 IGUANA MEDIA-COMUNICACAO E EVENTOS LTDA
2016-0059457-0	0002208601823-1	009 T4F ENTRETENIMENTO S/A
2016-0059910-5	6666666666666-2	037 COOPER SOC. COOPERT T DOS ATLETAS P.A.E
2016-0062571-8	0011629300887-1	154 PONTO A EVENTOS LTDA-ME

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANCA DE USO

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma fisico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma fisico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

00055/SEL/SEGUR-2/2016-2014-0.203.956-1- UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A; AV EUSEBIO MATOSO, 891 - PINHEIROS; 180 DIAS.

HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

5ª GESTÃO

Data da Reunião: **28 de janeiro de 2016**
 Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano 2016, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público:** João Sette Whitaker Ferreira (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mário Wilson Pedreira Reali (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Luiz Fernando Macarrão (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Guilherme Fatorelli Del’Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); Geraldo Juncal Júnior (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Wagner Germanio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET); Tais Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Maria Cláudia Pereira de Souza (Conselheira Poder Público/CDHU) e Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares:** José de Abraão (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Terra da Zona Oeste); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Valdeci Gomes (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Benedito R. Barbosa (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Jomaira Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Maria Aparecida Ferreira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPT); Rosa Maria Beatriz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSELHOR); Arlindo Rodrigues da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Débora Sanchez (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes SP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Abelardo Campoy Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/PEABIRU); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis) e Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausentes os (as) Conselheiros (as):** João Leopoldo Wernek de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Heliana Strada Nosek (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lillian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Ricardo Rezende Garcia (Cons. Poder Público/SIURB); Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SF); Larissa Carolina de Almeida Marco (Conselheira Poder Público/SF); Alberto Kleinans (Cons. Poder Público/SEMDET); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Habitação de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Cons. Poder Público/Sec. Habitação de SP); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Felícia M. Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar da Chác. do Conde F. I); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Manuel Morizzi (Cons. Mov. Pop./AMMPT); Leandra Gujev de Carvalho (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-LR); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Conselheiro Mov. Pop./Assoc. de Moradores Conj. Res. Paraíso); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Edson Moraes dos Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto da Z. Noroeste); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Ércio José Rodrigues (Cons. Mov. Pop./Mov. Sem Teto do Ipiranga); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Alberto Gomes de O. Vieira (Cons. Mov. P./Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheira Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte); Luiza Naomi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC -SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/IAB-SP); Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP); Eriido Xavier Feigel (Cons. Sociedade Civil/SCIESP); Flávio Tadeu Adriano Niel (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Elcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Flávio Higuchi Hirao (Cons. Sociedade Civil/USINA); Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA); Flávio Carvalho (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Maria dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Margaret Matiko Uemura (Cons. Soc. Civil/Instituto Pólis); Ariovaldo Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausências justificadas das Conselheiras:** Maria Rosa Lazineho (Conselheira Poder Público/SEL) e Júlia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/Belas Artes SP). **Presentes os convidados (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH); Nathália Guimarães Lourenço (SEHAB); Vera Eunice Rodrigues da Silva (SEHAB) e Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SEHAB). Assina-

ram a lista de presença outras 28 pessoas. **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do CMH realizada em 17/12/2015; 2) Relatório das participações dos Conselheiros do CMH nos Conselhos para os quais os mesmos foram indicados, a saber: CAHEIS - José de Abraão (MOP)/Edenilda das Neves Carneiro de Sousa (MOP), CPOP - Carmem da Silva Ferreira (MOP)/Abelardo Campoy Diaz (SOC. CIVIL), FMSAI - Rafael Borges Pereira (SOC. CIVIL)/Eliete Calisto da Cruz (MOP), CMAPU - Benedito Roberto Barbosa (MOP)/Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (SOC. CIVIL), FUNDURB - Sidnei Antônio Euzébio Pita(MOP)/Felícia Mendes Dias(MOP); 3) Apresentação “Orçamento Habitação 2015 - Previsto X Realizado” (Conselheira Responsável: Denise Lopes de Souza); 4) Informe de início do processo de revisão do Plano Municipal de Habitação (PMH) e retomada do GT Planejamento (Conselheira Responsável: Márcia Maria Fartos Terlizzi). **Sr. Mário** – Item 1. Aprovação da ata da 9ª Reunião do Conselho Municipal de Habitação. (A Ata é aprovada por unanimidade) **Sr. João** - A nova equipe que assumiu a Secretaria tem em vista duas linhas de atuação. A primeira é continuar aquilo que vinha sendo feito, que é importante continuar e não pode parar. Era um conjunto de ações, talvez um pouco dispersas, mas que aconteciam, sobretudo, baseadas hoje na lógica do programa principal, Programa Minha Casa Minha Vida, tanto o FAR Empresas, quanto o FDS Entidades e, especificamente, com uma espécie de mudança de rumo recente, feita pelo Ministério das Cidades, para dar uma ênfase grande ao FDS Entidades, Minha Casa Minha Vida – Entidades. O Entidades tem muito valor, muita possibilidade de avanços. Também dando continuidade ao Minha Casa Minha Vida - Empresas e à produção que vem sendo feita pelas empresas do setor, incorporando o setor da construção civil à produção habitacional de interesse social. Observamos que a interlocação com os Movimentos estava sendo feita de maneira muito densa, mas, às vezes, de maneira muito dispersa e sem que conhecêssemos exatamente os problemas e as demandas e com muitos problemas no meio de todas essas demandas. Nesse primeiro mês agora que trabalhamos, nos reunimos com mais de cento e quarenta lideranças dos movimentos e estamos fazendo um amplo levantamento de todas as demandas e de todos os entraves que existem para, de alguma maneira, nesse ano que vem, poderemos pelo menos realizar aquilo que dá para desentruar, que é bastante coisa. A mesma coisa em relação ao FAR Empresas, que também observamos uma série de entraves, de dificuldades, licenciamento disso, daquilo e estamos tentando acelerar o processo para poder, vamos dizer, pôr isso para frente. Percebemos também necessária a retomada de um diálogo mais intenso com os Movimentos para termos uma mesa de trabalho comum e poderemos enxergar os problemas conjuntamente e encarar-los de frente, com as dificuldades que existem ou não. Notamos também que existia, talvez, uma deficiência no encaminhamento da política habitacional de São Paulo até agora. Essa deficiência estava ligada, primeiramente, a uma exagerada

Bem-vindo, João. A expectativa que temos é muito grande; é para os cinco anos mesmo. E a expectativa é de que este ano seja com muito retorno. A nossa participação foi bastante curta em tempo no CMPU. Como suplente, participei de uma reunião, sobre a reurbanização do Vale do Anhangabaú. Foi apresentado o projeto, que tem sua qualidade; é bastante importante pensar na qualificação da área central. Mas faltaram muitos dados, inclusive, onde, dentro da cidade hoje, do orçamento, da prioridade, ele se situava; se havia ou não possibilidade de ser implementado, custos. Faltou isso. Faz falta a participação nessas decisões e nesses processos, tanto no projeto, quanto na política habitacional e nos programas. Na discussão do Plano de Habitação, é extremamente importante que todos nós e todos os segmentos participem. **Sr. Abraão** – Vejo muito importante a nossa participação no CAHEIS. Quero parabenizar a prefeitura, o grupo que está lá, porque, em alguns momentos, em algumas intervenções que fiz, tive subsídios para entender e entender se eu votava ou não. Então, parabéns a essa equipe que está no CAHEIS porque é participativa. Todos os projetos que chegam lá não deixam de ser encaminhados. Se há algum problema, a solução é imediata para com na próxima reunião já tínhamos uma solução e um encaminhamento, para que não fique parado no CAHEIS. Só tenho a agradecer e aprender com eles também. **Sr. Benedito** - Abraão, os senhores poderiam disponibilizar uma lista de projetos aprovados na comissão, com os números dos projetos? **Sr. Abraão** – Sim. E fazemos essa apresentação lá no seu aqui dos projetos que trabalhamos até agora. **Sr. Abelardo** - Sou suplente no CPOP e estava a cargo da Carmen fazer essa apresentação. Quero dar as boas-vindas ao secretário e à sua equipe. **Sr. Rafael** - Houve quatro reuniões no ano passado do FMSAI, desde o momento que fomos nomeados, a partir dessa gestão do Conselho. Estive presente em duas. A secretária foi muito atenciosa, colocou sempre à disposição os materiais, em abundância, de forma muito transparente. O Fundo de Saneamento é irrigado com dinheiro da SABESP; é uma porcentagem de 7,5% da arrecadação da SABESP. Esse dinheiro financia, não completamente, mas parcialmente, os projetos do Renova São Paulo, de urbanização de favelas, de obras de saneamento, de canalização de córrego. É um espaço importante para estarmos atentos ao andamento dos contratos que lá estão, que estão passando por lá. Justamente por isso a articulação conosco, no Conselho, é muito importante porque há uma quantidade muito grande de dados, do andamento dos contratos, de quanto foi executado, quanto foi pago, quanto foi empenhado, liquidado. Para conseguirmos nos apropriar desses dados, é importante a articulação como GT, que tínhamos começado, que estava funcionando, mas, em certo momento, se desmobilizou. Era o GT Urbanização de Favelas. Chamou-nos a atenção, justamente cruzando os dados do FMSAI com os dados que conseguimos pelo GT, que houve uma paralisação grande, não sei se da maioria dos contratos, ou de uma quantidade grande dos contratos do Renova São Paulo, e uma paralisação longa. E também notei que havia um atraso significativo, naquele momento. Não sei hoje se as coisas já aconteceram, mas acho que é um ponto que deveríamos tratar: buscar atualizar os dados e entender por que esses contratos do Renova, e não só do Renova, mas dos projetos em geral de urbanização, estavam com atrasos grandes. E também para conseguirmos nos apropriar mais dessas informações para entender também melhor até que ponto conseguimos interferir na priorização da destinação desse recurso através do FMSAI. De fato é um recurso grande, mas não ficou claro para mim até que ponto ele já vem com uma destinação certa e até que ponto está dada a disputa pelo Conselho. **Sr. Mário** - O orçamento da Secretaria de Habitação é muito respaldado pelos recursos do FUNDURB e pelos recursos do FMSAI. O FMSAI é um recurso que advém do contrato com a SABESP e a concessão do serviço de saneamento para a SABESP tem uma condição, no contrato, de que uma parte dos recursos da receita da SABESP tem que ser replicada na expansão da rede de saneamento, tratamento de água. E há um percentual para esse investimento, que é de 13%. E, da receita, 7,5% são repassados para a prefeitura, para universalizar o serviço de saneamento. Esse investimento, principalmente urbanização de favelas, investimento em saneamento, remoção para implantar equipamentos de saneamento, é o principal elemento para o FMSAI. O FUNDURB também tem uma lógica. Por exemplo, 30% para comprar terra, para investimento em habitação de interesse social. Agora, estamos fazendo o primeiro quadro de empenhos, como vamos distribuir os recursos para o FUNDURB, para o FMSAI, e vamos prestar contas no FUNDURB e no FMSAI de como vão ser utilizados esses recursos. Aqui, no CMH, vamos procurar trazer um quadro mais simplificado. Precisamos entender como está o orçamento da habitação, o que está indo para FMSAI e o que está indo para o FUNDURB, para os conselheiros terem uma visão ampla de toda a política de habitação. E aí, quando forem aos Conselhos, levam uma posição do Conselho Municipal de Habitação, para defender os recursos para HIS, dentro do FUNDURB e dentro do FMSAI, porque tanto o FUNDURB quanto o FMSAI têm um escopo maior do que a habitação de interesse social. Nossos conselheiros têm que ter essa apropriação para poder fazer essa disputa dos recursos. **Sr. Sidnei** - No FUNDURB, tivemos só duas reuniões. Na última, fizemos em workshop, até para entender um pouco o que é o FUNDURB. O FUNDURB é um Fundo de Desenvolvimento Urbano. E há algumas secretarias que são órgãos colegiados, onde há a Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, a SEHAB, a SIURB, a SMDU, vários órgãos, FMSAI, que fazem parte desse colegiado do FUNDURB. Tenho uma curiosidade. Temos outorga onerosa. Sabemos que a cada dia sobe um prédio na cidade. E aí é preciso injetar dinheiro no fundo do FUNDURB. Quanto de verdade geram na cidade esses recursos desses empreendimentos grandes para o Fundo? Há como esmiuçar? Não tenho hoje. Mas posso trazer porque o montante do FUNDURB de 2015 foi relativamente a R\$300 milhões. Mas de onde partiu tudo, de que órgão? Foi tudo de outorga ou não foi? No dia 29 de janeiro, vai haver a apresentação do Plano de Habitação do FUNDURB. Dia 18 de março, vai haver a aprovação de prestação de contas de 2016 do FUNDURB. E nos dias 24 de junho, 23 de setembro e 02 de dezembro serão as reuniões do FUNDURB. E a próxima reunião do FUNDURB será no dia 26 de fevereiro. Votamos aqui no Conselho uma resolução para que o FUNDURB apresentasse dentro de uma resolução todo um procedimento, que o Conselho não iria deliberar, mas teria que passar pelo Conselho. Para, no mínimo, apresentar e discutir, até para debatermos esses recursos. **Sr. Mário** - Estamos abertos para trazer informações do FUNDURB, FMSAI, dos outros órgãos, para esclarecer os papéis, para formarmos, dentro do CMH, uma visão mais ampla da política de habitação, de como é composto o recurso dos investimentos para o orçamento de cada ano, dos investimentos em habitação. Isso é fundamental: termos essa visão para, inclusive, fiscalizar e aperfeiçoar esses instrumentos que temos. É fundamental nos apropriarmos desses instrumentos, para poder fazer cada vez mais uma política mais aperfeiçoada, com mais controle social e mais diálogo com a sociedade. **Sr. Benedito** – Quería sugerir que na próxima reunião fizéssemos um debate sobre o FUNDURB. E assim por diante. Que cada Conselho desses pudesse detalhar e discutir, debatendo essa agenda com os conselheiros, mas com apresentações e conteúdo. Senão, fica difícil fazer um debate sobre esses temas. Como apresentação e informe geral, é suficiente, mas penso que esses pontos deveriam ser discutidos depois em um am, com mais detalhes. **Sr. Mário** - Vamos estudar essa proposta do Benedito. Poderíamos trazer porque iremos fazer a prestação de contas do FUNDURB e do FMSAI, o orçamento de 2016. Trazemos aqui os dois juntos porque dá uma visão panorâmica do orçamento, de como está e o que está contemplado. E, depois, fazemos um calendário. A idéia é de empoderar o conselheiro com as informações e vamos trabalhando para dar suporte para essas informações. Item 3. (A Sra. Denise Lopes de Souza faz a apresentação do "Orçamento Habitação 2015 - Previsto X Real-

lizado"). **Sr. Abraão** - Quantas favelas foram urbanizadas em 2015, naquele valor que está lá? E quanto está previsto, por exemplo, naquele recurso para cada favela? **Sra. Denise** – As favelas contempladas nesses recursos estão sempre fazendo parte do plano de investimentos, ou do Fundo de Saneamento, ou do FUNDURB, ou da Secretaria, onde basicamente não temos condições hoje de ter um contrato com cada uma. Só temos um único contrato na Secretaria, como um todo, que só tem uma fonte de recurso, que é o Viela da Paz. Todas as demais áreas contam com uma soma de várias fontes de recursos, porque temos uma parte de convênio estadual, com uma parte de um convênio federal, com uma parte da SABESP. É uma composição de várias fontes. E não conseguimos, em 2015, finalizar nenhuma urbanização de favelas. Ainda estão em curso, porque são áreas grandes e é feito em etapas. A maioria dos contratos que estamos ainda executando, ainda com recursos de 2015 e que vão prosseguir em 2016, são de contratos cujas licitações foram feitas em 2010, 2012. Existe entrega de unidades habitacionais dentro dos perímetros das urbanizações de favelas parciais. Entregas parciais. Esse detalhamento de investimentos, temos nos planos de investimentos que podemos apresentar. **Sr. Mário** - Na próxima reunião vamos trazer o quadro de investimentos, o que há no FMSAI, o que há no FUNDURB, o que depende de recursos federais. Então, nossos conselheiros, que estão no FMSAI, que estão no FUNDURB, vão acompanhar onde está o nosso dinheiro. Temos que fazer esse monitoramento e ter elementos para poder disputar os recursos. Temos que saber muito bem qual vai ser o projeto para o qual vamos disputar o recurso. **Sra. Maria Isabel** – No meu entendimento e de alguns conselheiros os 30% eram para habitação. **Sr. Mário** - Do FUNDURB, é para aquisição de áreas. Já foi definido no orçamento o tamanho do FMSAI; já há um plano de obras. Agora, estamos definindo como será empenhado esse recurso porque, na câmara, ele foi definido e aprovado qual é o valor real. O orçamento foi feito com base numa previsão de agosto, foi enviado em setembro para a câmara e tínhamos uma previsão lá do PIB, crescimento e tal, que no final do ano mudou. Então, Finanças, agora, está liberando o orçamento com um contingenciamento. Como vai ser menor a receita, provavelmente, do que estava estimado em agosto do ano passado, Finanças trabalha segurando uma parte do orçamento. Isso exige uma reprogramação de todo nosso quadro de obras, porque vamos ter menos dinheiro e temos que repriorizar. É essa repriorização que estamos fazendo. E vamos acompanhar a execução orçamentária, em cada fonte de recursos. Como temos várias fontes e temos o controle social de cada uma, precisamos estar com nossos conselheiros sintonizados de como vai ser o FUNDURB, de como vai ser o FMSAI. A Carmen da CPOP trouxe a apresentação e eu queria sugerir deixarmos essa apresentação para a próxima reunião. **Sra. Carmen** - Sim. **Sr. Mário** - Pretendemos, na próxima reunião, trazer o nosso orçamento previsto agora, de 2016, com os ajustes. Então, traremos uma apresentação para entendimento, inclusive, do que virá como recursos de FUNDURB, de FMSAI. Também para preparar os conselheiros para as reuniões dos outros conselhos. **Sra. Ana Maria** – Gostaria de dar um informe. A Comissão Eleitoral tem se reunido desde terça-feira, dia 26, para as eleições do CMH, com abertura das propostas, dos envelopes da Sociedade Civil e dos Movimentos Populares, analisando o cadastramento de cada entidade, da Sociedade Civil e dos Movimentos. **Sr. Benedito** – Estamos trabalhando intensamente na Comissão Eleitoral e temos algumas vacâncias de segmentos, especialmente, da Sociedade Civil, que não apresentaram candidatura. Seria fundamental que a OAB apresentasse sua candidatura, assim como as assessorias técnicas, em vacância. Há vacância também no segmento dos trabalhadores, profissionais da área da arquitetura. Então, Sindicato dos Arquitetos não apresentou. O segmento dos trabalhadores também não apresentou e nem as centrais sindicais. **Sra. Ana Maria** - Estamos prevendo publicar tudo que aconteceu, especificamente, da Sociedade Civil, até a próxima semana. E, em ato contínuo, fazer de novo um chamamento das vacâncias, porque não apareceu a OAB; só apareceu uma universidade; não apareceram os Conselhos Regionais, CREA, CAO; não apareceram as assessorias técnicas; não apareceu o SINTRACON; não apareceu o sindicato que a COHAB é ligada e toda vez está presente aqui. Ou seja, das dezesseis vagas, só sete, por enquanto, foram preenchidas. Estão faltando nove entidades. Em contrapartida, dos Movimentos Populares, tivemos um comparecimento maciço. **Sr. Mário** - Temos que acionar todas as entidades porque é fundamental a participação. Item 4. **Sra. Márcia** - Estruturamos o GT Planejamento, que agrupou em determinada fase desta gestão do Conselho diversos grupos de trabalho que foram constituídos no início desta gestão, constituindo, assim, o GT de Planejamento. Ele, como base, agrupou o acompanhamento dos instrumentos do PDE e também o Plano Municipal de Habitação, que era um dos temas que vínhamos trabalhando. Esse GT Planejamento teve vários encontros e lançou uma proposta de agenda, de atividades, envolvendo, principalmente, o Poder Público e aí, lamentavelmente, com baixa participação da Sociedade Civil. Esse grupo acabou por várias e diversas questões. E o PMH em si também perdeu todo o ritmo na sua elaboração e tudo mais. Esse GT de Planejamento ganha força a partir de então e é necessário já começar a ter uma agenda de reuniões e uma agenda de reuniões bastante frequentes. Gostaria, inclusive, de chamar os conselheiros para essas reuniões com a participação da Sociedade Civil, com a participação dos Movimentos de Moradia. Estamos num momento crucial de estruturar a política. Temos um ano de governo e temos esses seis meses de gestão deste CMH. Seria muito bom deixar como legado desta gestão a elaboração conjunta do Plano Municipal da Habitação. A Tais vai coordenar esses trabalhos. **Sra. Tais** - O Plano irá contribuir para articular programas que enfrentem as necessidades habitacionais. Todos temos elementos para contribuir nisso, com as formas de gestão desses programas e os recursos que serão necessários para enfrentarmos as necessidades. Estamos programando a primeira reunião de retomada desse GT para quinta-feira, à tarde, da semana que vem. A Ana Maria irá encaminhar um convite para todos os conselheiros. Temos também a listagem dos conselheiros que já estavam participando desse GT e os conselheiros indicam seus convidados, enfim, para também colaborarem. E nesse e-mail informamos o horário, local, tudo direitinho. **Sr. Mário** - Recebemos da Caixa uma solicitação de voto e parecer que, na verdade, veio depois da pauta já encaminhada. Só darei o informe. Na próxima reunião do CMH ela fará parte da pauta. É uma deliberação sobre uma solicitação de aporte para a recuperação e conclusão da obra, que é objeto do Programa "Crédito Solidário", com recursos do FDS, do Condomínio Nossa Senhora Aparecida. São 180 unidades da União dos Movimentos de Moradia, Unidos da Zona Sul. Então, é um aporte de R\$ 4,330 milhões, que está sendo solicitado para conclusão desse empreendimento do FDS. **Sra. Núria** - É padrão fazermos nossas conferências municipais como processo preparatório para as estaduais e para a nacional. Os municípios terão que fazer suas conferências municipais até o dia 05 de julho deste ano e a estadual irá acontecer só no ano seguinte e a nacional também. Então, o município de São Paulo optou este ano por fazer, bem no final do prazo, que é dia 1, 2 e 3 de julho. Constituímos a comissão preparatória numa assembléia geral convocada em dezembro. Pedimos para vários conselhos indicarem e estarem presentes. Contamos com a ajuda do nosso CMPU para inclusive fazer a mobilização para essa assembléia de constituição da comissão preparatória. Temos ainda alguns segmentos vacantes também, na comissão preparatória. Universidades, categorias profissionais, é um segmento que está vacante; o segmento de trabalhadores por suas entidades sindicais também está vacante, e também a representação do Legislativo que ainda estamos aguardando a indicação porque o Legislativo tem esse tempo de recesso. A comissão preparatória já se reuniu duas vezes. Agora, vamos ter terceira reunião. Já pactuamos uma série de

questões e uma delas é a realização das conferências regionais. Na nossa conferência de 2013, tivemos uma gigantesca participação. Havíamos previsto em torno de três mil pessoas, havíamos nos programado para seis mil pessoas e vieram dez mil pessoas. Então, este ano, nessa rodada de conferências, pactuamos o desenvolvimento das conferências regionais e nas conferências regionais tiraremos os delegados para a nossa municipal. Então, é importante que todos aqui estejam mobilizados para participar das conferências regionais e indicar seus possíveis delegados para a municipal. Nas conferências regionais, vamos discutir a pauta nacional proposta, o temário nacional, que é a função social da cidade, da propriedade, e vamos fazer também uma articulação desse temário nacional com os nossos planos regionais das subprefeituras. Vimos discutindo também, em termos de sistemas participativos da prefeitura de São Paulo, que temos vários espaços isolados. Temos vários espaços de participação, alguns deliberativos, alguns consultivos, e muitas vezes que não se conversam e esses espaços de participação geram outras dinâmicas participativas, como as conferências setoriais que também não se conversam. Uma coisa que temos discutido, em termos de prefeitura de São Paulo, é como conseguimos agregar e juntar os espaços participativos para fazer a discussão no território das várias políticas e tentar superar essa segmentação dos processos. Articularemos essa pauta nacional com a nossa discussão territorial dos planos regionais das subprefeituras. Discutiremos os planos regionais das subprefeituras e faremos isso articulado com a discussão nacional da função social da cidade, da propriedade. Temos reuniões em todos os finais de semana, a partir de 5 de março. Não faremos reuniões nos fins de semana de feriados prolongados e no fim de semana em que acontecerá a eleição do CMH. Com isso, realizaremos três conferências regionais por final de semana, de 5 de março a 11 de julho. **Sr. Abraão** - O Estado não convocou a conferência estadual. Nós nos reunimos e convocamos a conferência. A prefeitura não tem nenhuma informação relativa à posição do Estado? Lá, em Brasília, conversamos inclusive com o representante do Estado e da Emplasa, sobre a importância de o Estado entrar e se envolver nesse processo todo. Na oficina que fizemos no Fórum Nacional da Reforma Urbana e da União, me parece que ainda para nove ou dez estados faltava a convocação dessa conferência. Por exemplo, Porto Alegre não havia chamado e orientamos para que a Sociedade Civil chamasse. **Sr. Benedito** - Quería solicitar que o João pudesse conversar com o prefeito, para falar com o governador, para convocar a conferência. É um absurdo que o Estado de São Paulo não tenha uma Conferência das Cidades convocada pelo Governo do Estado. Aliás, a última Conferência das Cidades elegeu o Conselho Estadual das Cidades. Todos participamos e até hoje o governador não deu posse ao Conselho. Seria fundamental que houvesse alguma articulação da prefeitura para que o Estado convocasse a conferência. De qualquer maneira, a Sociedade Civil já fez a convocação, conforme o Regimento Nacional, mas não temos estrutura para construir uma conferência do tamanho da que precisa ser feita, para todo o Estado de São Paulo. **Sr. João** - Já temos uma reunião marcada com o Secretário Rodrigo Garcia para tentar avançar em várias coisas e não só nessa. Não sei qual vai ser a nossa força para convencer, mas levo esse pleito, com certeza. **Sr. Geraldo** - Com relação à parte da estruturação que estamos promovendo na COHAB, as diretrizes, proponho que esse tema fique para a próxima reunião. Apresentarei para os senhores com um pouco mais de detalhes. **Sr. João** - Estamos trabalhando quase que com um gabinete horizontal entre SEHAB e COHAB. Percebemos que muitas das atribuições de SEHAB e COHAB estavam muito confusas, sobrepostas; às vezes, duplicadas. E estamos fazendo todo um trabalho para rever um pouco o papel e a função de cada um. E estamos trabalhando, absolutamente, juntos nisso. Talvez, na próxima reunião, já apresentemos as duas estruturas juntas. Estamos fazendo um trabalho de revisão das atribuições para entender um pouco essas sobreposições e tentar limpar, agilizar um pouco, vamos dizer, a funcionalidade de cada uma das duas instituições. **Sr. Mário** - O André, me parece que trabalha no Tribunal de Justiça, fez uma tese sobre o CMH. Ele está presente. Verificamos como podemos disponibilizar ou combinar, depois, de o André apresentar ou disponibilizar seu trabalho. Isso seria muito interessante. Agradecemos muito ao André pela sua contribuição para o Conselho. Agradecemos a presença de todos. (Encerra-se a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMMH

EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 5ª GESTÃO- 2014/2016

Data: 24/3/2016

Horário: 14 horas

Local: Rua Líbero Badaró nº 504, 10º andar sala 102– Edifício Martinelli

1) Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do CMH realizada em 28/01/2016

Deliberação: Aprovada por unanimidade;

2) Solicitação de Voto CMH nº26/2016- Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos para o Fundo Municipal de Habitação em 2016.

Conselheiro responsável: Geraldo Juncal Junior Presidente da COHAB-SP .

Deliberações: O Plano de Aplicação de Recursos para o Fundo Municipal de Habitação em 2016 foi aprovado pelos participantes da reunião. Na próxima sessão ordinária será feita uma apresentação aos Conselheiros de outras fontes de recursos destinadas à habitação de interesse social.

3) **Solicitação de Voto CMH nº27/2016** - Proposta para formalização de convênio para aporte financeiro de recursos a fundo perdido do Fundo Municipal de Habitação no valor de R\$4.330.416,50, para recuperação e conclusão de obras sob a responsabilidade da União de Movimentos de Moradia da Zona Sul no empreendimento Nossa Senhora da Aparecida destinado a 180 famílias de baixa renda dentro do Programa Crédito Solidário

Conselheiro responsável: Antonio Marsura representante da Caixa Econômica Federal

Deliberações: Como os recursos solicitados não estão contidos no orçamento de 2016 do FMH, esse voto não pode ser aprovado nessa sessão, tendo em vista que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo os Conselheiros autorizaram que o Secretário Municipal de Habitação e Presidente do CMH, Sr. João Sette Whitaker, venha a fazer gestões junto ao governo municipal para obter os recursos e o empenho da verba solicitada. Autorizaram-no, também, que no caso de resultado favorável venha a deliberar sobre esses recursos e comunicar o ad referendando do Conselho Pleno na próxima sessão.

4) Outros Assuntos:

4.1) Apresentação feita pela Maura Iclea Bagnatori, da Coordenadoria de Gestão do Atendimento Social – CAS da SEHAB, sobre proposta de alterações da Portaria nº 131/2015-SEHAB, de 09 de julho de 2015, que estabelece alternativas de atendimentos habitacional provisório, fixa valores limites e regulariza as condições e os procedimentos para sua concessão e manutenção.

4.2) Informe dado pela Conselheira Núria Pardillos Vieira sobre a Conferência Municipal da Cidade e solicitação de que os Conselheiros do CMH venham a participar da Comissão Preparatória da 7ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo. A Conselheira Núria irá encaminhar à Secretaria Executiva do CMH agenda das próximas reuniões para divulgação aos Conselheiros Municipais de Habitação

4.3) Apresentação feita pela Conselheira Tais Jamra Tsukumo sobre o andamento do processo de revisão do Plano Municipal de Habitação (PMH) no GT Planejamento Habitacional do qual fazem parte membros do Conselho Municipal de Habitação e representantes indicados pelos Conselheiros.

Deliberações: As próximas reuniões irão ocorrer em 13 de abril e 28 de abril de 2016 e serão duas oficinas onde os participantes serão divididos em sub-grupos para debater diagnóstico e propostas preliminares dos programas, a saber:

Dia 13/4/16 – “Programas Arelados À Inadequação Habitacional”

* Urbanização/ Intervenção Integrada em Assentamentos Precários

* Regularização fundiária

* Melhorias habitacionais

* Assistência técnica

Dia 28/4/2016– “Programas Arelados Ao Incremento Habitacional”

* Locação Social

* GT Demanda do CMH

* Serviço de Moradia Social

* Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

* Atuação em Cortiços

* Reabilitação de edifícios e Produção habitacional

Essas oficinas serão realizadas no 10º andar/sala 102 do Edifício Martinelli às 15 horas.

4.4) Informe do convidado André Tavares Ferraz que elaborou seu trabalho de mestrado sobre o Conselho Municipal de Habitação cujo título é: “O PROCESSO DECISÓRIO E ORÇAMENTÁRIO NO CMH- ASPECTOS JURÍDICOS?”

Esse trabalho será enviado aos membros do Conselho Municipal de Habitação por meio eletrônico através da Secretaria Executiva do CMH e será apresentado pelo autor na próxima sessão ordinária. O Sr. André disponibilizou seus telefones e endereço eletrônico nessa reunião(andreterr@usp.br)

4.5) Informes pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação sobre o andamento do processo eleitoral do CMH para a instalação da 6ª gestão - biênio 2016/2018 .

* Andamento das Ações de Cadastramento e Habilitação Movimentos Populares: foram cadastradas e habilitadas 44 entidades

-Resultado da Formação das Chapas: Das 44 entidades cadastradas e homologadas, 43 entidades se agruparam em quatro chapas, das quais três foram habilitadas, e uma inabilitada pela Comissão Eleitoral por ter descumprido o § 3º e § 4º do artigo 1º do Edital nº02/2016 (DOC de 16/03/2016 fls.59 a fls.61).

Serão três chapas concorrendo às 16 vagas desse segmento no Conselho Municipal de Habitação em 15 de maio de 2016, a saber:

Nome da Chapa - Nº da Chapa MORADIA E REFORMA URBANA - 101 (09 entidades)

Nome da Chapa - Nº da Chapa MOVIMENTO POPULAR MOP 100% COMPROMISSO - 202 (16 entidades)

Nome da Chapa - Nº da Chapa DEMOCRACIA E LUTA - 303 (16 entidades)

* Andamento das Ações de Cadastramento e Habilitação das Entidades da Sociedade Civil: foram cadastradas e habilitadas e homologadas 15 entidades

As entidades que tiveram seus representantes homologados até 23/3/2016 são e a vacância são as seguintes

* 2 (dois) representantes de UNIVERSIDADES LIGADAS À ÁREA HABITACIONAL: PUC e FAU-USP

* 2 (dois) representantes de ENTIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA HABITACIONAL:SCIESP – Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo e Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP

* 1 (um) representante de ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL: VAGO

* 3 (três) representantes das ASSOCIAÇÕES OU SINDICATOS PATRONAIS DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, existentes no Município: SINDUSCON, SECOVI, e APEMEC

* 2 (dois) representantes de entidades que prestam assessoria técnica na área habitacional: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado

* 2 (dois) representantes de CENTRAIS SINDICAIS: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP e Central Única dos Trabalhadores - CUT-SP

* 2 (dois) representantes de ONGs que atuam na área habitacional: APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste e CENTRO GASPAR GARCIA

* 1 (um) representante de CONSELHO DE CATEGORIA PROFISSIONAL DA ÁREA HABITACIONAL: CREA-SP

* 1 (um) representante de CONSELHO DE CATEGORIA PROFISSIONAL DO DIREITO: OAB-SP.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 8º andar, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
ART BASE IND. E COM. DE M. E. P. P/ESCR. LTDA	6210.2016/00000224-0 ATA RP 003/SEMPLA- CO- 936	
	BES2014	
MR. COMPUTER INFORMATICA LTDA	6210.2016/00000145-7 ATA RP 04/06/2014-PROGRAMSP 933	

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73, 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA PROC/MOD. N.E

CRISTALLA P. Q. FARMACEUTICOS LTDA 6210.2016/0000176-7 ATA RP 468/2015-SMS.G 935

DABASSONS IMP. EXP. E COM. LTDA 6210.2016/0000232-1 DISPENSA 940

FARMACE IND. Q. FARM. CEARENSE LTDA 6210.2016/00000177-5 ATA RP 011/2016-SMS.G 934

MAJELA HOSPITALAR LTDA 6210.2016/00000174-0 ATA RP 051/2016-SMS.G 938

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA PROC/MOD. N.E

LAIBO MEDICAL P. M. E. HOSP. LTDA 6210.2016/0000237-2 DISPENSA 941